

UM OLHAR SOCIAL SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL

**Sueli Araújo¹, Anna Paula Corrá², Daniela F. Santana³, Danielly J. Carlos⁴,
Giselle de Nicolae⁵, Gislaine S. de Azevedo⁶, Maria Aparecida A. de Faria⁷,
Marta S. O. Marques⁸, Raquel F. Almeida⁹, Denise C. Guelfi¹⁰.**

^{1,2,3,4,5,6,7,8,9}Universitários, Serviço Social, Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade do Vale do Paraíba. Avenida Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova - São José dos Campos – SP.

¹⁰Professora Orientadora, FCSA, Universidade do Vale do Paraíba. Avenida Shishima Hifumi, 2911 – Urbanova – São José dos Campos, SP.

¹sueliaraujo@gmail.com

¹⁰dguelfi@univap.br

Resumo: A educação é instrumento fundamental de desenvolvimento individual, social, cultural, político e econômico para garantir o exercício da cidadania. É direito de todos e dever do Estado. Com relação à educação das pessoas com deficiência, houve uma evolução na formulação da legislação brasileira, entretanto, não existe um controle da sua aplicação. O presente trabalho busca traçar o perfil bio-psico-social dos alunos das salas de educação especial na rede municipal de ensino, em São José dos Campos. Com exceção dessas salas, a atenção às pessoas com deficiência é operacionalizada por entidades sociais, em convênio com a Secretaria de Desenvolvimento Social. Após a realização de entrevistas dirigidas, com questões abertas e fechadas junto aos familiares, percebeu-se que vêem a escola como meio de socialização, sem considerar os aspectos pedagógicos, já que os alunos, em sua maioria, são crianças com deficiência cerebral ou múltipla, cujas limitações não possibilitam as respostas pedagógicas necessárias para a sua inserção em salas regulares, conforme pressupõe a educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação especial, inclusão social.

Área do Conhecimento: VI – Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Durante muito tempo a educação especial funcionou como um sistema paralelo, não como parte integrante do sistema geral de educação, criando-se um mito de que era muito difícil trabalhar com o aluno portador de necessidades educacionais especiais. ALMEIDA [1] identifica "o preconceito, a falta de informação, e a intolerância a modelos flexíveis", como as principais resistências na área educacional.

A história da atenção à pessoa com necessidades educacionais especiais tem se caracterizado pela segregação, acompanhada pela conseqüente e gradativa exclusão, sob diferentes argumentos, dependendo do momento histórico focalizado. No decorrer da história da humanidade foi se diversificando a visão e a compreensão que as diferentes sociedades tinham acerca da deficiência.

A forma de pensar e, por conseqüência, a forma de agir em relação à deficiência,

enquanto fenômeno, e, à pessoa com necessidades educacionais especiais, enquanto ser, modificaram-se no decorrer do tempo e das condições sócio-históricas.

Hoje, compreende-se a educação especial como o modelo que proporciona ao aluno com deficiência a promoção de suas capacidades, incluindo o desenvolvimento pleno de sua personalidade, sua participação ativa na vida social e no mundo do trabalho, ou seja, seu desenvolvimento bio-psico-social, proporcionando aprendizagem que confira maior autonomia a esses alunos.

No município de São José dos Campos a operacionalização da educação especial foi estabelecida pela Lei Municipal 3443, de 26 de março de 1996, que "assegura ao educando portador de deficiência física, mental ou sensorial, prioridade de vaga em escola pública mais próxima de sua residência, bem como a disponibilidade de professores especializados em educação especial, habilitados para trabalhar com as

diferentes necessidades educacionais especiais do aluno matriculado". [2]

Para tanto, pesquisou-se acerca das pessoas portadoras de deficiência, que segundo ALMEIDA [1] *"são aquelas que apresentam, em comparação com a maioria das pessoas, significativas diferenças físicas, sensoriais ou intelectuais, decorrentes de fatores inatos ou, de caráter permanente, que acarretam dificuldades em sua interação com o meio físico e social"*.

Neste sentido, esse projeto teve por objetivo geral traçar o perfil bio-psico-social dos alunos inseridos nas salas especiais do município de São José dos Campos e conhecer as expectativas dos familiares ou responsáveis quanto ao processo educacional de suas crianças.

Os resultados apontam como a demanda vem sendo atendida pelas salas de educação especial e quais os critérios adotados para a seleção dos alunos, considerando-se os diversos tipos de deficiência.

Foram conhecidas as patologias apresentadas pelos alunos das salas especiais, bem como o contexto em que estão inseridos fora da sala de aula.

Foram identificadas as expectativas dos familiares ou responsáveis em relação ao desenvolvimento intelectual e progresso educacional de seus filhos, bem como as possibilidades futuras de aquisição de autonomia quanto às atividades da vida diária, desempenho profissional e capacidade financeira.

Materiais e Métodos

Trata-se de uma pesquisa de abordagem quantitativa de caráter exploratório. A pesquisa teve como objetivo traçar o perfil bio-psico-social dos alunos das salas de educação especial, na rede municipal de ensino de São José dos Campos.

O desenho metodológico da pesquisa desenvolveu-se por aproximações sucessivas. Inicialmente, realizou-se o levantamento de fontes primárias e secundárias com o estudo de legislações, decretos e portarias relativos a temática. Ao lado desta análise foi realizado um estudo bibliográfico com o objetivo de conhecer a trajetória histórica da atenção às pessoas com deficiência no que tange à educação e às políticas públicas de atenção a este

segmento, privilegiadamente, no município de São José dos Campos. Como universo da pesquisa foram considerados os 72 (setenta e dois) ⁽¹⁾ alunos matriculados nas salas de educação especial do ensino fundamental do município de São José dos Campos. Deste universo foi selecionada uma amostra de 30% perfazendo um total de 20 alunos, dentre aqueles que freqüentavam as salas de educação especial há mais de um (um) ano.

Foram realizadas 22 entrevistas dirigidas, com aplicação de formulário com questões abertas e fechadas, junto aos familiares ou responsáveis dos alunos. A análise e interpretação dos dados voltaram-se para estabelecer a relação entre os dados quantitativos e qualitativos.

Resultados

Os resultados da pesquisa apontam a complexa realidade que envolve as pessoas com deficiência, em todos os aspectos da sua vida. Pode-se afirmar que no município de São José dos Campos, nas salas de educação especial, há uma predominância de alunos do sexo masculino (60%), com idade entre sete e dez anos, até porque são escolas de ensino fundamental, freqüentadas, usualmente, por alunos de sete a quatorze anos de idade.

Esses alunos pertencem, na sua maioria (45%) a famílias compostas por cinco ou seis pessoas, seguido de famílias três a quatro pessoas (40%). Residem em casa própria quitada em (55%), enquanto 28% residem em imóvel alugado, contando com uma renda mensal de 1 a 3 salários mínimos (64%), enquanto 19% contam com mais de 7 salários, incluindo o Benefício de Prestação Continuada (BPC).⁽¹⁾

Mesmo aqueles alunos cujas famílias possuem automóvel (55%), quase a totalidade deles fazem uso de transporte gratuito, coletivo ou especial, por outro lado, apenas seis famílias (29%) estão inseridas em programas sociais do município.

Nos aspectos bio-psicológicos, observou-se que 50% dos alunos pesquisados apresentam deficiência múltipla, incorporando mais de uma limitação, outros

⁽¹⁾ Informação coletada junto à Secretaria Municipal de Educação de São José dos Campos em Abril/2004.

(1) Benefício previsto pela Lei Orgânica da Assistência Social. [3]

31% apresentam deficiência cerebral. São crianças e adolescentes com sérios comprometimentos⁽²⁾, que são submetidos a uma ou mais terapias, realizadas em sua maioria no serviço público de saúde (71%) e 23% através de convênios de saúde, com frequência média de uma a três vezes por semana.

Com relação à vida social, 95% das famílias declararam que as pessoas com deficiência, na medida do possível, participam de todas suas atividades, principalmente, dos cultos religiosos e visitas a familiares, amigos e parentes. Apenas uma família (5%) relatou que não leva o filho em atividades sociais, quando, então, a família reveza-se nos cuidados do portador de deficiência, no que tange à alimentação, administração de medicamentos, higiene pessoal, comunicação e locomoção.

Os cuidados com a pessoa portadora de deficiência costumam ser incumbência dos pais (64%), especialmente da mãe (16%), entretanto, como as famílias procuram adaptar-se, o atendimento às especificidades da pessoa com deficiência passa a integrar a rotina da casa e em muitas famílias (27%), todos participam. Dentre as dificuldades, a mais apontada é a de locomoção (23%), o que reflete a falta de estrutura do município com relação à acessibilidade.

Os dados da pesquisa também revelaram que o encaminhamento a escola deu-se principalmente por terapeutas (37%) e iniciativa própria dos pais (27%), tendo havido espera para 27% das famílias abordadas.

As famílias, quando inquiridas sobre as expectativas por ocasião da matrícula foram unânimes em declarar que os aspectos de socialização eram os mais importantes e que vem sendo totalmente atendidos. E quando chamadas a classificar o atendimento prestado pelas salas de educação especial, 41% classificam como excelente, enquanto 36% das famílias classificam como bom. Todos os entrevistados alegaram ter havido ganhos no desenvolvimento da autonomia do filho e no desempenho das atividades da vida diária.

No que se refere às expectativas futuras, as opiniões divergem, pois há famílias (14%)

⁽²⁾ Hipotonia muscular, ausência de coordenação motora, paralisias, dificuldades de deglutição, deficiências respiratórias e ausência de comunicação

preocupadas com os aspectos pedagógicos, outras (36%) com a autonomia para a vida diária, e ainda aquelas que expressam satisfação pelo filho freqüentar a escola (50%).

Nas famílias cujos pais possuem nível médio ou superior de escolaridade (23%), observa-se que as expectativas são mais focadas na escola enquanto instituição, sugerindo preocupação não apenas com seus filhos, mas também com a comunidade que faz uso do serviço, sugerindo melhoria na capacitação dos profissionais e na infraestrutura adaptada.

Já nas famílias com baixa escolaridade, ou seja, até o ensino fundamental (77%) percebe-se uma preocupação em manter seu filho inserido naquele serviço, à despeito de qualquer modificação.

Discussão

A educação escolar é o instrumento fundamental de desenvolvimento individual, social, cultural, político e econômico do país para garantir o exercício da cidadania, É reconhecida como um direito de todos e dever do Estado, seja esse o provedor dos serviços educacionais ou o fiscalizador dos serviços prestados por entidades privadas.

Observou-se, que os próprios familiares demonstram não ter claro, qual o objetivo dessa modalidade de educação oferecida aos seus filhos. Embora a totalidade dos entrevistados tenha manifestado o reconhecimento da importância das salas especiais como ferramentas para a socialização, os dados sugerem uma baixa expectativa de escolarização dos filhos.

Os dados coletados vêm de encontro às informações do Censo Demográfico de 2000, que aponta que cerca de 14,5% da população é composta por pessoas com deficiência. Desse total, um terço dessas pessoas não tem ou não ultrapassou três anos de escolarização. Isto faz com que este segmento fique quase todo fora do mercado de trabalho, e, quando exerce alguma atividade, percebe salários inferiores àqueles do grupo sem limitações funcionais, mesmo quando apresentam a mesma habilidade profissional e grau de escolaridade.[5]

Chama a atenção, o fato das salas especiais serem freqüentadas em sua maioria (81%) por alunos com deficiência

múltipla e cerebral, cujas limitações não possibilitam as respostas pedagógicas necessárias para a sua inserção em salas regulares, como pressupõe a educação inclusiva.

Convém registrar que não tivemos acesso aos critérios de elegibilidade dos alunos que freqüentam essas salas, o que poderia esclarecer as características dos alunos, bem como qual o encaminhamento dado a esses alunos, ao completarem 14 anos, quando termina o compromisso legal do Estado.[6]

Conclusão

Compreendemos que a educação é a principal ferramenta para transformação e promoção social do indivíduo, porém, se para os alunos considerados “normais” esse processo já é tremendamente desigual; em se tratando de alunos com necessidades educacionais especiais, e dentre esses, aqueles que freqüentam as salas de educação especial, a distância entre a teoria e a prática é muito maior.

Por isso há necessidade de se investir socialmente nesse segmento, sem perder de vista a singularidade humana e a pluralidade da sociedade em que está inserido, de forma que sejam assegurados o acesso e a permanência deles na escola, como resultado da qualidade social da educação.

Referências

- [1] ALMEIDA, Marina S.R. Manual Informativo sobre Inclusão in www.educacaoonline.pro.br . Acessado em 11 de outubro de 2003
- [2] Lei Municipal no. 3.443, de 26 de março de 1996.
- [3] Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), 1993.
- [4] ESTATUTO da Criança e do Adolescente (ECA), 1990.
- [5] www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/principal.asp . Acessado em 06 de julho de 2005
- [6] LEI de Diretrizes e Bases, 1996.